Representação Parlamentar do
Partido Popular Monárquico
Açores

Discurso

(Debate de Urgência sobre o crescimento do desemprego nos Açores)

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O PPM prometeu e cumpriu. Mais uma vez e esgotando a nossa capacidade regimental de provocar este tipo de debates, o PPM trouxe a esta Assembleia um debate político com uma importância transcendental: a questão do desemprego. Já o tínhamos feito quando trouxemos a este hemiciclo outras questões relevantes: como o debate sobre o ataque à pobreza, a importância económica do mar dos Açores ou o contexto de aplicação, na nossa Região, das medidas contidas no Memorando da Troika.

Temos realmente a consciência que centrámos o debate político em questões muito relevantes e de grande importância para a nossa comunidade. Fizemo-lo com sentido de cidadania, com espírito autonómico e com grande transparência democrática.

Mais uma vez, anunciámos este debate com um mês de antecedência, após o Vice-Presidente do Governo Regional ter anunciado o crescimento do desemprego para uns extraordinários e chocantes 17% no final deste trimestre. Demos todo o tempo do mundo para que o Governo Regional pudesse preparar este debate. O nosso objetivo foi centrar o núcleo político do Governo Regional nesta questão. Fizemo-lo em nome dos Açores e em nome de todos e cada um dos desempregados açorianos.

Avenida Nova
9980 – 039 Corvo
Telef/fax: 292596222
rpppmcorvo@alra.pt

A verdade é que, analisando o sucedido nos últimos trinta dias, o Governo Regional desenvolveu, de facto, uma agenda política centrada no combate ao desemprego. Só por si, este facto constitui um êxito importante para a nossa ação política. Marcámos uma agenda centrada no essencial, superando o acessório.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

O contexto da situação que estamos a viver no âmbito do crescimento do desemprego é fácil de sintetizar. Os Açores, tal como a generalidade dos países ocidentais, foi gravemente afetado pela grave crise económica internacional que estamos a atravessar. Ninguém esperaria que a economia regional não fosse afetada nesta conjuntura. Somos uma economia frágil, aberta e altamente dependente. Para além disso, a nossa dependência orçamental em relação ao exterior é dramaticamente grande. No essencial, basta dizer que as nossas receitas próprias apenas cobrem cerca de 50% das nossas despesas.

Para além de tudo isto, a Região continua a ser afetada pelo contexto de insularidade periférica, algo que a dispersão geográfica e a pequena dimensão dos nossos territórios insulares só torna ainda mais patente.

Ninguém esperaria milagres e diques de contenção para a crise. Ninguém o esperava, mas houve quem o apregoasse e os jurasse. Esse alguém foi o Governo Regional. Semeou brisas de fingir e agora colhe, infelizmente para todos os açorianos, graves tempestades.

Esta é a narrativa de uma crise anunciada, mas nunca reconhecida como assim o exigiria o mais elementar bom senso. A verdade é que o extraordinário impacto da crise deixou a descoberto a enorme fragilidade do modelo económico açoriano seguido nos últimos 15 anos.

Isto significa que temos um tecido empresarial extremamente frágil e muito dependente do crédito bancário e da subsidiação regional. Neste contexto, a dificuldade de acesso ao crédito e a fragilização da disponibilidade orçamental da Região provocou um autêntico massacre no frágil tecido empresarial regional. Neste particular, o que está a acontecer no sector da construção civil é absolutamente devastador.

É neste sector que a destruição de emprego é mais rápida e de maior amplitude. O Governo Regional alimentou, até ao fim, uma situação insustentável. Sem crédito e com uma descida dramática do investimento público, este sector continuará a contrair-se e a gerar mais desemprego na Região.

Nestes três anos, o Governo Regional também não foi capaz de construir uma estratégia de contenção da crise económica e do consequente aumento do desemprego. É por isso que o desemprego bate todos os records e afunda a Região numa situação sem precedentes. Temos o maior número de desempregados da nossa História - cerca de 18 mil pessoas - e superámos a já de si dramática situação nacional. Pela primeira vez, a nossa taxa de desemprego superou a média nacional, fixando-se em 15% no último trimestre.

A questão de contexto aqui é tentar perceber que fatores explicam o dramático crescimento do desemprego verificado em apenas um ano, tendo em conta que se passou de 7% para 15%. Não serve como explicação a política de austeridade seguida pelo Governo da República, na medida em que ela teve também repercussão no território continental, facto que não impediu que os Açores superassem a taxa de desemprego nacional.

Aqui aconteceu qualquer coisa que acelerou a destruição do emprego e que tornou o cenário regional, nesta matéria, ainda pior que o nacional. O que sucedeu, na minha opinião, foi o completo fracasso da gestão das variáveis da crise por parte do executivo regional.

Linhas de crédito ineficazes e inacessíveis. Mau e errático investimento público. Imobilidade estratégica e falta de capacidade de reação a situações adversas. O resultado é que a economia regional está a ruir como um castelo de cartas, sem que o Governo Regional consiga articular uma resposta estrutural verdadeiramente eficaz.

Senhor Presidente

Srs. Deputados

Srs. Presidente e Membros do Governo

A questão fundamental que se coloca neste debate é definir o que se deve e pode fazer para combater o aumento do desemprego. O que se deve fazer para criar emprego na nossa Região. O que se deve fazer para tirar milhares de concidadãos da situação aflitiva em que se encontram.

São 18 mil pessoas que têm de encontrar, sem emprego e muitas vezes sem qualquer rendimento, forma de pagar as suas contas e preservar os seus bens. Trata-se de uma situação verdadeiramente aterradora, que soma muitas noites sem dormir e faz de cada dia um compasso de espera dramático.

O desemprego destrói a nossa sociedade e instala a injustiça, a pobreza e o desânimo. É um cancro que temos o dever de extirpar. Só assim renascerá a esperança e se reconquistará a felicidade e a realização dos homens e mulheres que formam a nossa sociedade. Este é, meus senhores, o maior desafio político desta legislatura.

Concordo com algumas das propostas já avançadas pelo Governo Regional, sendo que muitas delas não constituem verdadeiras novidades e não funcionaram num passado recente. Muitas vezes, a falta de eficácia reside na deficiente execução de uma boa ideia. Penso que isso tem sucedido, de forma recorrente, nesta legislatura.

Proponho aqui uma alteração na dimensão da escala e projeção do investimento público regional. Nestas circunstâncias, o aconselhável é realizar investimentos e obras públicas de pequena dimensão, mas muito dispersos territorialmente e muito numerosos. Tudo isto em detrimento dos investimentos megalómanos que pontuam aqui e ali a nossa geografia orçamental.

Considero também que a estratégia de promoção do investimento privado e da iniciativa individual tem de ser muito mais proactiva. Existem centenas de boas ideias e de bons investimentos espalhados pelas nossas ilhas

que todos os dias são vencidos e enterrados por uma burocracia regional ineficaz e desmobilizadora. É necessário construir mecanismos concretos de funcionamento da administração regional que protejam, acarinhem, apoiem e ajudem a executar bons projetos e boas iniciativas.

Nesta conjuntura é necessário criar mecanismos de crédito realmente eficazes. Os instrumentos criados pelo Governo até agora não mereceram o apoio ativo da banca e estão muitas vezes acompanhados de regras e condições que desmobilizam a sua utilização.

É igualmente fundamental criar mecanismos realmente eficazes de apoio ao escoamento da produção regional. Não se trata apenas da promoção institucional dos produtos, mas sobretudo de encontrar mercados, facilitar a logística de escoamento da produção e comercialização e flexibilizar o contexto fiscal. Por exemplo, está quase tudo por fazer em relação ao enorme mercado de mais de três milhões de açorianos e seus descendentes na América do Norte.

Resulta também crucial reorganizar a oferta formativa nos Açores. Muitas vezes, parece que o objetivo de muitas ações formativas é sustentar as entidades formativas e não dar resposta, de forma objetiva, às necessidades do mercado e às expectativas e necessidades dos formandos. É necessário melhorar imenso a eficácia dos recursos que a Região disponibiliza nesta área.

Na nossa perspetiva é neste momento fundamental aproveitar e criar oportunidades de aumentar o financiamento externo da Região enquanto a economia regional não estiver em condições de criar mais receitas fiscais.

Existem, pelo menos, duas opções que o Governo Regional tem à sua disposição. A primeira está relacionada com a oportunidade que surge agora, no âmbito da renegociação do Acordo da Base das Lajes.

Neste âmbito, é fulcral voltar a obter contrapartidas financeiras norte-americanas pela utilização da Base das Lajes. Outro exemplo, consiste na constituição de um agrupamento de cooperação territorial com as Canárias e a Madeira, algo que propomos desde o início da legislatura. Estas entidades têm acesso a financiamentos comunitários específicos.

Nesta ocasião, voltamos a referenciar a necessidade de se realizar uma forte aposta nas diversas vertentes da economia do mar. É certo que nesta matéria o Governo já tem discurso, mas tardam em chegar ações concretas nesta matéria.

Nuclear para a Região é proceder a uma reorganização completa de todo o sector turístico açoriano. O potencial nesta área é enorme, mas está instalado o caos no sector. Falta colocar a funcionar as ligações marítimas de passageiros, baixar drasticamente o preço das passagens aéreas, promover de forma assertiva o destino Açores, melhorar as valências e qualidade dos serviços de hotelaria, sinalizar a matriz ecológica do nosso destino e associar as nossas valências culturais à atividade turística. No crescimento deste sector reside boa parte da nossa esperança de combate ao desemprego.

Do ponto de vista da matriz macroeconómica da Região é igualmente importante diversificar o nosso sector agrícola. Sei que esta sugestão é um velho chavão com pelo menos trinta anos de existência e outros tantos de

insucesso. O que proponho é que se faça algo que está dito mas não está feito. Esta é mais uma área fundamental para criar emprego, reduzir dependências e criar receita.

Finalmente, gostaria de salientar o importantíssimo papel dos centros de emprego nas presentes circunstâncias. Os nossos centros de emprego são estáticos e essencialmente estatísticos. O que proponho é uma nova abordagem e a adoção de novos métodos. Proponho um funcionamento muito mais agressivo e dinâmico, algo que transforme estas instituições nas melhores aliadas dos desempregados no âmbito da conquista de um emprego.

Estas são apenas algumas sugestões e prioridades que aqui deixo. Muitas mais ficam por descrever, mas necessito de deixar algum tempo para participar e posteriormente encerrar este debate.

Termino esta primeira intervenção fazendo um forte apelo ao Governo Regional para que não transforme este debate numa inútil querela partidária. Peço-lhe ideias e a definição de uma estratégia global para enfrentar o desemprego. Tenho a certeza que é isso que todos os açorianos esperam e desejam a respeito deste debate parlamentar.

Disse!

Paulo Estêvão

Avenida Nova
9980 – 039 Corvo
Telef/fax: 292596222
rpppmcorvo@alra.pt